

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	IZAENE rev. IZAENE
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN PLEG	VET	00004	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Autuado como VET 00004 2012, apostado ao PLS (ECD) 00290 2001.
Este processo contém 01 (uma) folha numerada e rubricada.
À SSCLCN.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	DAIANERS rev. DAIANERS
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2012	19	01	2012	CN SSCLCN	

Recebido nesta Secretaria, na presente data, às 9h28.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MARCIOUM Sak
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2012	24	01	2012	CN SSCLCN	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 2 a 8, referentes à Mensagem nº 5, de 2012-CN (nº 10/2012, na origem), comunicando ao Congresso Nacional o Veto Parcial apostado ao PLS nº 290, de 2001.



SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino	MONDIN rev. MONDIN
		Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano		
	CN SSCLCN	VET	00004	2012	03	02	2012	CN SEXP	

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

À SEXP para elaboração do Ofício do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que solicita à Câmara os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de emitir relatório sobre o veto. Ao Ofício, serão anexadas cópias do Aviso, da Mensagem Presidencial e, se for o caso, da Lei, contendo as partes sancionadas, além do autógrafo do projeto. Após anexação da cópia do citado Ofício, o processado será devolvido à Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional.



SENADO FEDERAL
TRAMITAÇÃO

N. Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SEXP		LEONGOME rev. LEONGOME
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00004	2012	03	02	2012			

Recebido neste órgão às 18hs09.



SENADO FEDERAL

N. Bal	Cs/Órg CN SEXP		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		JOSANE rev. JOSANE
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00004	2012	08	02	2012			

Anexado o Ofício CN nº 39 de 07/02/12, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados solicitando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto (fls.09).

À SSCLCN.

N. Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00004	2012	10	02	2012			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntadas fls. 10 a 12, referentes ao estudo de tramitação da proposição vetada (PLS nº 290, de 2001).

N. Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SSCLCN		MONDIN rev. MONDIN
			Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano			
			VET	00004	2012	28	02	2012			

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Juntada fls. 13, referente ao Ofício SGM/P nº 164, de 2012, do Presidente da Câmara, indicando os nomes dos Deputados que deverão compor a Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

N.Bal	Cs/Órg CN SSCLCN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN ATA-PLEN	MONDIN rev. MONDIN
			Tipo VET	Número 00004	Ano 2012	Dia 07	Mês 11	Ano 2012		

STATUS: AGUARDANDO LEITURA

Ao Plenário para leitura, designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg CN ATA-PLEN		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	FELIPESO rev. MARCIAGO
			Tipo VET	Número 00004	Ano 2012	Dia 07	Mês 11	Ano 2012		

13:14h - Leitura do Veto Parcial nº 4, de 2012.

Designação da Comissão Mista, de acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum e na Resolução nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN:

SENADORES: Romero Jucá, Inácio Arruda, Alvaro Dias, Alfredo Nascimento, Randolfe Rodrigues

DEPUTADOS: Luci Choinacki, Benjamin Maranhão, Carlaile Pedrosa, Jean Wyllys

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	TNSILVA rev. TNSILVA
			Tipo VET	Número 00004	Ano 2012	Dia 07	Mês 11	Ano 2012		

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Recebido nesta data.

N.Bal	Cs/Órg CN SACM		Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino CN SACM	TNSILVA rev. MMELO
			Tipo VET	Número 00004	Ano 2012	Dia 09	Mês 11	Ano 2012		

STATUS: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Anexo comunicado enviado aos membros da Comissão Mista, com respectivo protocolo eletrônico de entrega, informando a composição dos membros com as respectivas idades e o prazo para apresentação do Relatório (às fls. 17 e 18).



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		BEDRITIC rev. BEDRITIC
	CN SACM	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00004	2012	28	11	2012			

Esgotado o prazo regimental previsto no art. 105 do Regimento Comum sem apresentação do relatório pela Comissão Mista.
Encaminhada à SCLCN.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		LUIZS rev. POLLA
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN ATA-PLEN		
		VET	00004	2012	18	12	2012			

STATUS: INCLUIDA EM ORDEM DO DIA

Incluído na Ordem do Dia da Sessão Conjunta de 19 de dezembro de 2012, às 12h.



SENADO FEDERAL

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		OTAVIOL rev. OTAVIOL
	CN ATA-PLEN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00004	2012	19	12	2012			

13:22 - A matéria deixa de ser apreciada nesta oportunidade.

SENADO FEDERAL
FOLHA DE TRAMITAÇÃO

N.Bal	Cs/Órg	Identificação da Matéria			Data da Ação			Destino		MONDIN rev. LUIZS
	CN SSCLCN	Tipo	Número	Ano	Dia	Mês	Ano	CN SSCLCN		
		VET	00004	2012	29	08	2013			

STATUS: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA

Aguardando inclusão em Ordem do Dia.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO

VET Nº 04, DE 2012

Em 19.01.12

[Assinatura]

Nº 14, quinta-feira, 19 de janeiro de 2012

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

9



ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República UNIDADE: 30118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0641		Inteligência Federal							9.000.000
PROJETOS									
06 183	0641 14M6	Serviço de Inteligência na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20							9.000.000
06 183	0641 14M6 0001	Serviço de Inteligência na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - Nacional							9.000.000
			F	3	2	90	0	388	3.990.000
			F	4	2	90	0	388	5.010.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0663		Segurança Pública nas Rodovias Federais							23.000.000
PROJETOS									
06 181	0663 14M3	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20							23.000.000
06 181	0663 14M3 0033	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Rodoviária Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Estado do Rio de Janeiro							23.000.000
			F	3	2	90	0	388	14.263.000
			F	4	2	90	0	388	8.737.000
TOTAL - FISCAL									23.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça UNIDADE: 30909 - Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0662		Prevenção e Repressão à Criminalidade							25.000.000
PROJETOS									
06 181	0662 14M4	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20							25.000.000
06 181	0662 14M4 0033	Ações de Segurança Pública, a cargo da Polícia Federal, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Estado do Rio de Janeiro							25.000.000
			F	3	2	90	0	388	14.188.900
			F	4	2	90	0	388	10.811.100
TOTAL - FISCAL									25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0683		Gestão da Política Externa							200.100.000
PROJETOS									
07 211	0683 13D4	Organização e Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20							200.100.000
07 211	0683 13D4 0001	Organização e Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - Nacional							200.100.000
TOTAL - FISCAL									200.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.100.000

			F	3	2	90	0	388	196.150.000
			F	4	2	90	0	388	3.950.000
TOTAL - FISCAL									200.100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									200.100.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
0511		Gestão da Política de Meio Ambiente							15.800.000
PROJETOS									
18 541	0511 14M5	Apoio aos Temas Ambientais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)							15.800.000
18 541	0511 14M5 0101	Apoio aos Temas Ambientais da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) - No Município do Rio de Janeiro - RJ							15.800.000
			F	3	2	90	0	388	15.000.000
			F	4	2	90	0	388	800.000
TOTAL - FISCAL									15.800.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.800.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
1383		Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade							157.110.000
PROJETOS									
05 211	1383 14M2	Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20							157.110.000
05 211	1383 14M2 0101	Emprego das Forças Armadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Conferência Rio+20 - No Município do Rio de Janeiro - RJ							157.110.000
			F	3	2	40	0	388	561.500
			F	3	2	90	0	388	66.719.478
			F	3	2	30	0	388	11.700
			F	4	2	30	0	388	52.598.300
			F	4	2	90	0	388	29.280.522
			F	4	2	40	0	388	7.938.500
TOTAL - FISCAL									157.110.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									157.110.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa UNIDADE: 52121 - Comando do Exército									
ANEXO PROGRAMA DE TRABALHO Reabertura de Crédito Especial Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00									
FUNÇÃO-NAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	U	FTE	VALOR
1383		Assistência e Cooperação das Forças Armadas à Sociedade							135.159.740
PROJETOS									
05 153	1383 14MH	Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos do Alemão e da Penha							135.159.740
05 153	1383 14MH 0101	Garantia da Lei e da Ordem nos Complexos do Alemão e da Penha - No Município do Rio de Janeiro - RJ							135.159.740
			F	3	2	90	0	388	58.975.800
			F	4	2	90	0	388	76.183.940
TOTAL - FISCAL									135.159.740
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									135.159.740

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 10, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 290, de 2001 (nº 6.906/02 na Câmara dos Deputados), que "Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício".

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 1º, 3º e 4º

"Art. 1º A profissão de Turismólogo será exercida:

I - pelos diplomados em curso superior de Bacharelado em Turismo, ou em Hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II - pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III - por aqueles que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, elencadas no art. 2º, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos."

"Art. 3º O exercício da profissão de Turismólogo requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:

I - documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Turismólogo, previsto no inciso III do art. 1º;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego."

"Art. 4º A comprovação do exercício da profissão de Turismólogo, de que trata o inciso III do art. 1º, far-se-á no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei."

Razão dos vetos

"A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade."

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 11, de 18 de janeiro de 2012.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 112, de 2007 (nº 6.846/02 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012011900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Senado Federal

Protocolo Legislativo

VET nº 04 1 12

Fls. 01

[Assinatura]

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislativa do Congresso Nacional
VET nº 4 / 2012
Fls.: 2 Rubrica: 8

Mensagem nº 10

A Comissão Mista

Em 07/11/2012

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 290, de 2001 (nº 6.906/02 na Câmara dos Deputados), que “Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício”.

Ouvidos, os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 1º, 3º e 4º

“Art. 1º A profissão de Turismólogo será exercida:

I - pelos diplomados em curso superior de Bacharelado em Turismo, ou em Hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II - pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III - por aqueles que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, elencadas no art. 2º, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos.”

“Art. 3º O exercício da profissão de Turismólogo requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:


I - documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Turismólogo, previsto no inciso III do art. 1º;

II - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.”

“Art. 4º A comprovação do exercício da profissão de Turismólogo, de que trata o inciso III do art. 1º, far-se-á no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei.”

Razão dos vetos

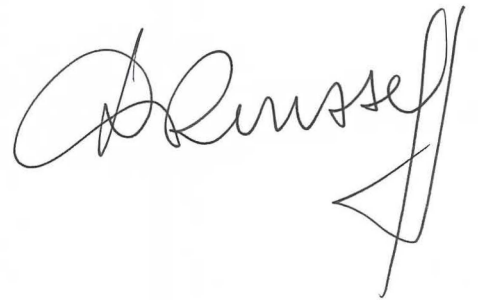
“A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade.”

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	4 / 2012
Fls.: 3	Rubrica: 

2

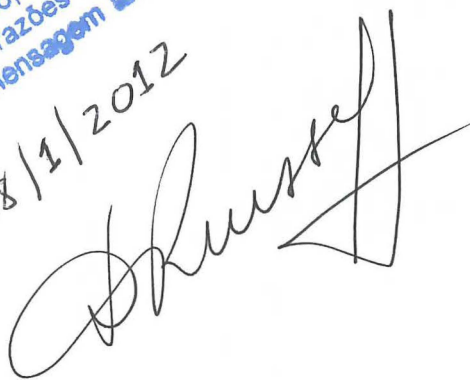
Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.


Brasília, 18 de janeiro de 2012.



Sanciona, em parte,
pelas razões constantes
da Mensagem anexa

18/1/2012



Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	4 / 2012
Fls.:	4 Rubrica: 

Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A profissão de Turismólogo será exercida:

I – pelos diplomados em curso superior de Bacharelado em Turismo, ou em Hotelaria, ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos em todo o território nacional;

II – pelos diplomados em curso similar ministrado por estabelecimentos equivalentes no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III – por aqueles que, embora não diplomados nos termos dos incisos I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta Lei, as atividades de Turismólogo, elencadas no art. 2º, comprovada e ininterruptamente há, pelo menos, cinco anos.

Art. 2º Consideram-se atividades do Turismólogo:

I – planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;

II – coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;

III – atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;

IV – diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

V – formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

VI – criar e implantar roteiros e rotas turísticas;

VII – desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;

VIII – analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;

IX – pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;

X – coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

XI – identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;

XII – formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;

XIII – organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;

XIV – planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;

XV – planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVI – emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVII – lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;

XVIII – coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico.

Art. 3º O exercício da profissão de Turismólogo requer registro em órgão federal competente mediante apresentação de:

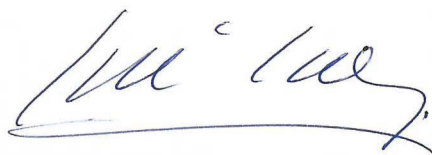
I – documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos incisos I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Turismólogo, previsto no inciso III do art. 1º;

II – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 4º A comprovação do exercício da profissão de Turismólogo, de que trata o inciso III do art. 1º, far-se-á no prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 2011.



Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

LEI Nº 12.591 , DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.

A P R E S I D E N T A D A R E P Ú B L I C A

Lei:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º Consideram-se atividades do Turismólogo:

I - planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo;

II - coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica;

III - atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário;

IV - diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

V - formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios, regiões e Estados da Federação;

VI - criar e implantar roteiros e rotas turísticas;

VII - desenvolver e comercializar novos produtos turísticos;

VIII - analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo;

IX - pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística;

X - coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de **marketing** turístico;

XI - identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes;

XII - formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos;

XIII - organizar eventos de âmbito público e privado, em diferentes escalas e tipologias;

XIV - planejar, organizar, controlar, implantar, gerir e operacionalizar empresas turísticas de todas as esferas, em conjunto com outros profissionais afins, como agências de viagens e turismo, transportadoras e terminais turísticos, organizadoras de eventos, serviços de animação, parques temáticos, hotelaria e demais empreendimentos do setor;

XV - planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVI - emitir laudos e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

XVII - lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior;

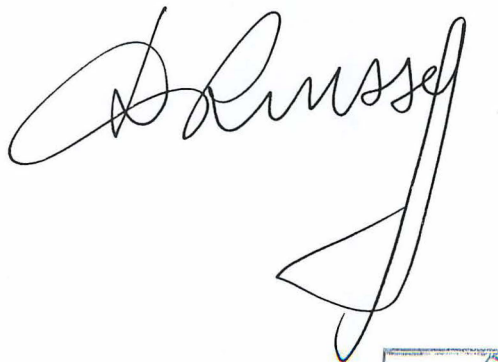
XVIII - coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos privados que atendam ao setor turístico.


Art. 3º (VETADO).

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de janeiro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.



Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
Vet nº	4 / 2012
Fls.: 2	Rubrica: 

Veto nº 4/2012
MEN nº 5/2012

Aviso nº 33 - C. Civil.

Em 18 de janeiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Veto Parcial.


Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 290, de 2001 (nº 6.906/02 na Câmara dos Deputados), que, com veto parcial, se converteu na Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VST nº	4 / 2012
Fls.:	8
Rubrica:	

Recebido em
20/01/2012 às
18:13
Edimar

✓
23.01.12

Ofício nº 39 (CN)

Brasília, em 07 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Marco Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Indicação de Deputados para compor Comissão Mista.

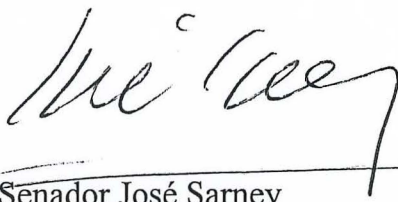
Senhor Presidente,

A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 5, de 2012-CN (nº 10/2012, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2001 (PL nº 6.906, de 2002, nessa Casa), que "Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício."

Esta Presidência, nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a Vossa Excelência a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

Encaminho, em anexo, autógrafo do projeto vetado e cópia da mensagem presidencial.

Atenciosamente,


Senador José Sarney
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2001
(nº 6.906/2002, na Câmara dos Deputados)

EMENTA: Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.

AUTOR: Sen. Moreira Mendes

TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL:

LEITURA: 19/12/2001 - DSF de 20/12/2001

COMISSÃO:
Educação

RELATOR:
Sen. Alvaro Dias
(Parecer nº 371/2002-CE)

ENCAMINHAMENTO À CÂMARA DOS DEPUTADOS
Ofício SF nº 537, de 3/6/2002

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

LEITURA: 2/6/2002 - DCD de 13/6/2002

COMISSÕES:
Trabalho, de Administração e Serviço
Público

RELATORES:
Dep. Arnaldo Faria de Sá
Dep. Daniel Almeida

Turismo e Desporto

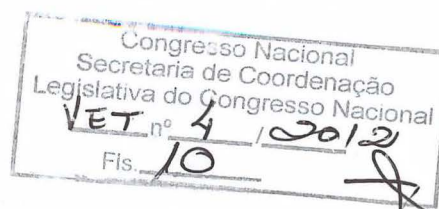
Dep. Vadinho Baião

Constituição e Justiça e de Cidadania

Dep. Maria Lúcia Cardoso
Dep. Zenaldo Coutinho
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO DAS EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
AO SENADO FEDERAL:

Ofício PS-GSE nº 1.110, de 27/10/2009



TRAMITAÇÃO DAS EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO
SENADO FEDERAL:

LEITURA: 29/10/2009 - DSF de 30/10/2009

COMISSÕES:
Assuntos Sociais

RELATORES:
Sen. Geraldo Mesquita Júnior
(Parecer nº 238/2010-CAS)

Diretora

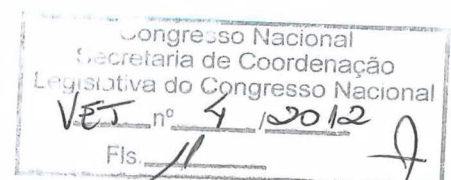
Sen. João Ribeiro
(Parecer nº 1.531/2011-CDIR)
(Redação Final)

ENCAMINHAMENTO À SANÇÃO:
Mensagem SF nº 342, de 29/12/2011.

VETO PARCIAL Nº 4, DE 2012
aposto ao
Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2001
(Mensagem nº 5/2012-CN)

Parte sancionada:

Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012
D.O.U. – Seção 1, de 19/1/2012



Partes vetadas:

- *caput* do art. 1º;
- inciso I do art. 1º;
- inciso II do art. 1º;
- inciso III do art. 1º;
- *caput* do art. 3º;
- inciso I do art. 3º;
- inciso II do art. 3º
- art. 4º.

LEITURA:

COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE RELATAR O VETO:

SENADORES

DEPUTADOS

PRAZO DE TRAMITAÇÃO:

Congresso Nacional	
Secretaria de Coordenação	
Legislativa do Congresso Nacional	
VET nº	4 / 2012
Fls.	102



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 164/2012/SGM/P

Brasília, 28 de fevereiro de 2012.

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
N E S T A

Assunto: **Indicação de membros para compor Comissão Mista.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao ofício CN/nº 39, de 7 de fevereiro de 2012, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que designei os Senhores Deputados **LUCI CHOINACKI (PT)**, **BENJAMIN MARANHÃO (PMDB)**, **CARLAILE PEDROSA (PSDB)** e **JEAN WYLLYS (PSOL)** para integrarem a Comissão Mista incumbida de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei do Senado nº 290, 2001 (PL nº 6.906, de 2002, nesta Casa), que "Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício".

Atenciosamente,


MARCO MAIA
Presidente

Congresso Nacional
Secretaria de Coordenação
Legislação do Congresso Nacional
VET nº 4 / 2012
Fls. 13

*Recebido em
28/02/2012, às
16:37hs Fúria*



Documento : 53637 - 2

CN – 7-11-2012
12 horas

Sobre a mesa veto presidencial que será lido.



Veto Parcial nº 4, de 2012 (Mensagem nº 5/2012-CN), aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2001 (nº 6.906/2002, na Câmara dos Deputados), que “Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício”.



De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, das Resoluções nº 2, de 2000-CN e nº 1, de 2012-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto:

Veto Parcial nº 4, de 2012 (PLS 290/2001)

Senadores

Romero Jucá
Inácio Arruda
Alvaro Dias
Alfredo Nascimento
Randolfe Rodrigues

Deputados

Luci Choinacki
Benjamin Maranhão
Carlaile Pedrosa
Jean Wyllys

Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 27 de novembro de 2012.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal encerrar-se-á em 7 de dezembro de 2012.



SCOM - Comissões Mistas

De: SCOM - Comissões Mistas
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:11
Assunto: Comissão Mista do Veto Parcial nº 4 de 2012
Anexos: Comissão do Veto 4_2012 - Idade.pdf

Controle:	Destinatário	Entrega
	Dep. Benjamin Maranhão	
	Dep. Carlaile Pedrosa	
	Dep. Jean Wyllys	
	Dep. Luci Choinacki	
	Liderança do PMDB	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Liderança do PR	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Liderança do PSDB - Senado	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Liderança PMDB - Câmara dos Deputados	
	Liderança PSDB - Câmara dos Deputados	
	Liderança PSOL - Câmara dos Deputados	
	Liderança PT - Câmara dos Deputados	
	Sen. Alfredo Nascimento	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Sen. Álvaro Dias	
	Sen. Inácio Arruda	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Sen. Randolfe Rodrigues	Entregue: 09/11/2012 13:11
	Sen. Romero Jucá	Entregue: 09/11/2012 13:11

Excelentíssimo Senhor Parlamentar membro da Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 4, de 2012,

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência para informar que em Reunião do Congresso Nacional, realizada em 7 de novembro de 2012, foi designada a Comissão Mista destinada a apreciar o Veto Parcial nº 4 de 2012, que "Encaminha ao Congresso Nacional as razões do VETO PARCIAL aposto ao PLS (ECD) 00290 2001 (PL 06906 2002, na Câmara dos Deputados), que "Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício".

Desse modo, encaminhamos a Vossa Excelência composição dos membros, com as respectivas idades, da referida Comissão, informando que o prazo para a apresentação de Relatório é até dia 27 de novembro de 2012.

Respeitosamente

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas

Senado Federal

Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Subsolo, Sala 2A

70165-900 Brasília - DF

Telefone: + 55 (61) 3303-3520/3303-3503



"Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente."



SCOM - Comissões Mistas

De: Microsoft Outlook
Para: lid.psdb@camara.leg.br; lid.pmdb@camara.leg.br; lid.pt@camara.leg.br;
lid.psol@camara.leg.br; dep.carlaile@camara.leg.br;
dep.benjaminmaranhao@camara.leg.br; dep.lucichoinacki@camara.leg.br;
dep.jeanwyllys@camara.leg.br
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:11
Assunto: Retransmitidas: Comissão Mista do Veto Parcial nº 4 de 2012

Delivery to these recipients or groups is complete, but no delivery notification was sent by the destination server:

lid.psdb@camara.leg.br

lid.pmdb@camara.leg.br

lid.pt@camara.leg.br

lid.psol@camara.leg.br

dep.carlaile@camara.leg.br

dep.benjaminmaranhao@camara.leg.br

dep.lucichoinacki@camara.leg.br

dep.jeanwyllys@camara.leg.br

Subject: Comissão Mista do Veto Parcial nº 4 de 2012



SCOM - Comissões Mistas

De: Microsoft Outlook
Para: dep.carlailepedrosa@camara.leg.br
Enviado em: sexta-feira, 9 de novembro de 2012 13:14
Assunto: Retransmitidas: Comissão Mista do Veto Parcial nº 4 de 2012

Delivery to these recipients or groups is complete, but no delivery notification was sent by the destination server:

dep.carlailepedrosa@camara.leg.br (dep.carlailepedrosa@camara.leg.br)

Subject: Comissão Mista do Veto Parcial nº 4 de 2012

